

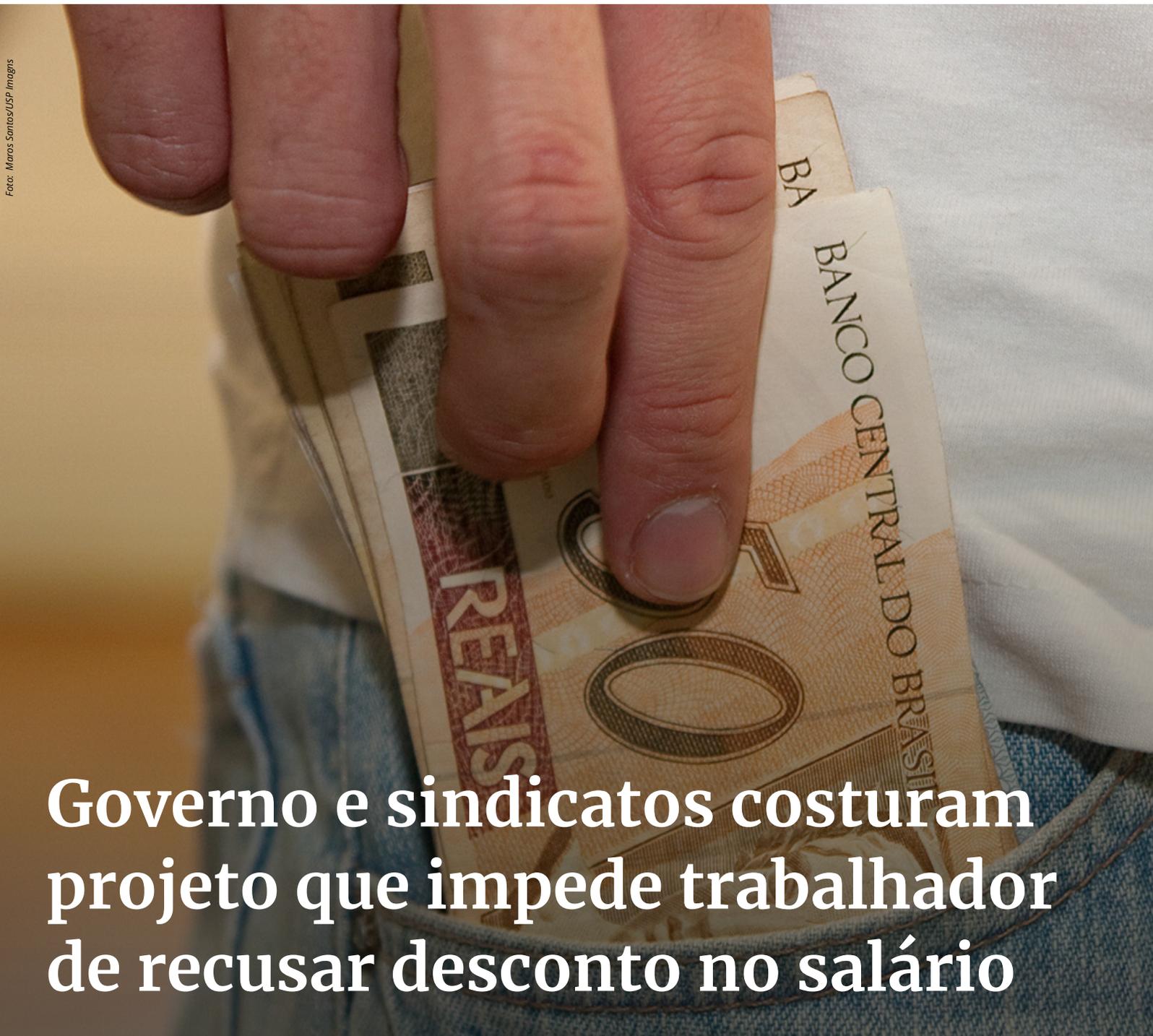
SETEMBRO 2023

51ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Marcos Santos/USP Images



Governo e sindicatos costumam projeto que impede trabalhador de recusar desconto no salário

Deltan Dallagnol: Se
reclamar da Ministre, só
pode ser raciste

Fã do MST, condecorado
pela rainha: o ex-banqueiro
milionário sensação da
esquerda no YouTube

Índice

Editorial: As falácias do primeiro voto em favor do aborto no STF 03

Deltan Dallagnol: Se reclamar da Ministre, só pode ser raciste 14

Paulo Cruz: Por que o Brasil não dá certo? Ou: nosso maior mal 28

Governo e sindicatos costumam projeto que impede trabalhador de recusar desconto no salário 42

Movimento suprapartidário da oposição promete reação do Congresso contra ativismo do STF 55

Além da nudez dos alunos de Medicina: os peladões endossados pela esquerda 66

Fã do MST, casado com paqueta, condecorado pela rainha: Eduardo Moreira, o ex-banqueiro milionário sensação da esquerda no YouTube 76



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



A ministra Rosa Weber, presidente do STF e relatora da ADPF 442, votou pela legalização do aborto nas 12 primeiras semanas de gestação. | Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

EDITORIAL

As falácias do primeiro voto em favor do aborto no STF

O julgamento da ADPF 442, que pede a liberação do aborto no Brasil nas 12 primeiras semanas de gestação, irá para as sessões presenciais do

Supremo Tribunal Federal. Um pedido de destaque do ministro Luís Roberto Barroso interrompeu o julgamento em plenário virtual, e tudo indica que será o próprio Barroso, que assume a presidência do STF em outubro, quem definirá quando o assunto voltará à pauta da corte. Ele substituirá Rosa Weber, que também é relatora da ADPF 442 e foi a primeira a depositar seu voto – que permanecerá valendo mesmo depois que ela se aposentar do tribunal. A ministra julgou a ação parcialmente procedente, ou seja, considerou que os artigos do Código Penal que criminalizam o aborto são inconstitucionais, ao menos no que diz respeito ao primeiro trimestre de gravidez.

Há alguns poucos pontos interessantes a ressaltar no voto da relatora. Ela reconhece, por exemplo, que a expressão “direitos sexuais e reprodutivos” contempla, sim, o direito ao

aborto – por décadas, a estratégia do movimento abortista foi esconder sua pretensão sob essa expressão aparentemente inofensiva e até positiva. Além disso, apesar de definir a 12.^a semana de gestação como o limite para a legalização por ela pretendida, a ministra não enfrenta o tema de frente. O que, afinal, acontece de tão incrível quando se passa do sétimo dia da 12.^a semana para o primeiro dia da 13.^a semana, a ponto de um nascituro poder ser eliminado antes e não poder mais sê-lo depois? Rosa Weber não responde, limitando-se a dizer que existe uma gradação na proteção legal à vida. O lado positivo disso é ressaltar o caráter totalmente arbitrário da escolha; o negativo é que seus argumentos poderiam ser usados para defender o aborto até mesmo nos momentos que antecedem o parto – o que é, no fim das contas, o objetivo final da militância.



Não há base científica, legal ou ética para que o Brasil permita a eliminação indiscriminada de seres humanos ainda por nascer, com ou sem limite de evolução gestacional

De resto, o longo voto da ministra adota uma estratégia já conhecida: a de desumanizar o nascituro para, assim, negar-lhe os direitos de que os humanos nascidos gozam; ou, na mais benigna das hipóteses, argumentar que o nascituro não merece proteção no mesmo grau daqueles que já vieram à luz. Para isso, no entanto, é preciso torcer a ciência e a lei, e nem mesmo o empenho árduo que Rosa Weber coloca nesta tarefa é capaz de ocultar a verdade. É assim que, sem titubear, a ministra afirma que “a inexistência de consenso a respeito de quando inicia a vida é fato notório, mesmo para

a área da ciência”, uma afirmação facilmente desmentida por qualquer manual de Embriologia usado por qualquer faculdade de Medicina, já que é amplamente sabido que o encontro do óvulo e do espermatozoide leva ao surgimento de um novo ser, indubitavelmente vivo e indubitavelmente humano.

A ministra, no entanto, parte para uma concessão, talvez ciente da fraqueza do argumento sobre o início da vida – fraqueza que ela deixa transparecer em trechos como “o Estado, portanto, tem legítimo interesse (e deveres) na proteção da vida humana, configurada no embrião e no nascituro” (destaque nosso). Ainda que se admita que o embrião é vida humana, diz a relatora, ele não seria protegido pelo caput do artigo 5.º da Constituição brasileira. Rosa Weber fala de um

suposto “propósito do texto constitucional em afastar qualquer compromisso com a tese do direito à vida desde a concepção, a qual, diga-se, foi rechaçada nos trabalhos constituintes”. No entanto, não houve “rechaço” algum. A expressão “desde a concepção” ficou de fora da Constituição não porque o constituinte quisesse deixar desprotegido o nascituro, mas porque julgava que tal proteção já estava implícita no texto – afinal, há vida no nascituro – e na lei infraconstitucional, que define o aborto como crime. Esta conclusão deriva da análise dos debates ocorridos na Assembleia Constituinte a respeito da redação do artigo 5.º, feita por parlamentares já depois da apresentação da ADPF 442.

Mas, ainda que a Constituição não explicita o direito à vida “desde a concepção”, outros

textos legais o fazem, e Rosa Weber o reconhece. Falamos, especialmente, do artigo 2.º do Código Civil, segundo o qual “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Depois de reconhecer esta salvaguarda, e citar alguns outros direitos dados ao nascituro pela lei, no entanto, a ministra questiona: “o que ocorre no mundo jurídico se o nascituro, herdeiro ou donatário, não chegar a nascer? Não há produção de efeitos jurídicos, uma vez que o exercício dos direitos é condicionado ao seu nascimento com vida, quando ele adquire personalidade civil”. De fato, há muitas circunstâncias que podem fazer com que um embrião ou feto não chegue a nascer, como um acidente ou uma má-formação. Mas, se isso ocorre por meio do aborto voluntário, significa

que já houve uma violação dos seus direitos, salvaguardados pela lei. O que a ministra propõe, no fim, é uma falácia: a lei põe a salvo os direitos do nascituro, mas ele só pode exercê-los se nascer vivo; por isso, não haveria problema em matá-lo antes de ele nascer.

Afastar o direito do nascituro à vida é um passo necessário para o ataque final: a afirmação de que a lei penal que criminaliza o aborto viola o princípio da proporcionalidade, e por isso teria de ser derrubada. A análise da proporcionalidade, assim, não seria feita em relação ao direito do nascituro à vida, mas em relação aos direitos da mulher à autonomia e à liberdade. Ocorre, no entanto, que os termos são tão vagos quanto incorretamente aplicados neste caso. A mulher tem autonomia sobre o próprio corpo, mas o filho, obviamente, não é

parte do corpo da gestante; e de que liberdade, afinal, estamos falando? Da liberdade de matar um filho. No entanto, não existe “direito fundamental ao homicídio”. A lei dá às pessoas o direito de matar em legítima defesa um agressor injusto, e ao Estado o direito de aplicar a pena de morte em tempos de guerra, mas nunca houve um “direito a eliminar um ser humano indefeso e inocente”. Como afirmamos anos atrás, “o raciocínio segundo o qual os artigos 124 e 126 do Código Penal ‘restringem um direito’ é tão absurdo quanto pensar que os artigos 155 e 157, que definem o furto e o roubo, restringem o direito à propriedade, como se houvesse um ‘direito a apossar-se do alheio’ que estivesse sendo sufocado pela lei”. Não há nenhum sentido em aplicar a análise de proporcionalidade à criminalização do aborto.

O que se espera, agora, é que haja ao menos seis ministros capazes de apontar estes e outros equívocos da argumentação de Rosa Weber quando chegar o momento das discussões em plenário. Não há base científica, legal ou ética para que o Brasil permita a eliminação indiscriminada de seres humanos ainda por nascer, com ou sem limite de evolução gestacional. O que precisamos é de uma rede eficaz de apoio às gestantes para que sejam devidamente amparadas em seu momento de maior vulnerabilidade, tanto pelo Estado quanto pela sociedade. Esta, sim, é a marca de um país verdadeiramente civilizado.



[Voltar ao índice](#)



Ministra Anielle Franco usou um jatinho da FAB para viajar de Brasília a São Paulo para assistir ao jogo entre São Paulo e Flamengo | Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

Se reclamar da Ministre, só pode ser racista

“Domingooo, eu vou pro Maracanã... ops, ato falho! Domingo a gente tá indo pro Morumbi...”

Foi com essas palavras, entoadas em um leve tom de deboche, que a ministra da Igualdade Racial de Lula, Anielle Franco, começou uma história que revelou de uma só vez três grandes problemas: o autoritarismo que já virou a marca registrada do governo Lula, o racismo explícito dentro da equipe ministerial que deveria combatê-lo e o desrespeito recorrente dos políticos com o dinheiro dos pagadores de impostos.

A crise, no começo, era por um só motivo: a ministra Anielle Franco usou um jatinho da FAB para, em pleno domingo de final da Copa do Brasil, viajar de Brasília a São Paulo para assistir ao esperado jogo entre o São Paulo e o Flamengo. O pretexto utilizado pela ministra era o de assinar, com o Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, o ministro dos

Esportes, André Fufuca, e o presidente da CBF, um protocolo de intenções contra o racismo no esporte. Não colou: durante toda a semana, a ministra foi criticada e questionada pelo mau uso do dinheiro público e por sua resposta que só piorou a crise que ela mesma criou.

A crítica à Anielle é extremamente pertinente. Trata-se de uma ministra declaradamente flamenguista, que estava indo assistir à final de um campeonato do seu time de coração. A própria ministra, aliás, confessou isso no vídeo que publicou sobre a viagem. Contudo, em vez de viajar num voo comercial, como qualquer brasileiro comum, resolveu usar um jatinho da FAB, em um voo que pode ter custado até R\$ 130 mil aos cofres públicos, se utilizarmos como parâmetro o valor gasto por outro ministro de Lula que já pegou jatinho da FAB para ir a um

leilão de cavalos: o ministro das Comunicações que balança mas não cai, Juscelino Filho.

Todos os críticos apontaram o óbvio: o protocolo de intenções para “combater o racismo” no esporte pareceu apenas um pretexto para que a ministra flamenguista esbanjasse dinheiro público, em uma atitude típica de influencer, e não de ministra de Estado. Por uma ótica de economicidade, o protocolo de intenções poderia muito bem ter sido assinado em Brasília, em evento com os demais ministros da Esplanada, ou no Rio de Janeiro, sede da CBF. Sua assinatura no espetáculo não foi feita à vista de todos nem trouxe uma especial visibilidade para o ato. A imagem que ficou para a sociedade foi de que a ministra queria mesmo era assistir ao jogo do Mengão.



Não colou: durante toda a semana, a ministra foi criticada e questionada pelo mau uso do dinheiro público e por sua resposta que só piorou a crise que ela mesma criou

O que mais chamou a atenção foi a reação marcadamente autoritária de Anielle. “É inacreditável que uma ministra seja questionada por fazer seu trabalho de combate ao racismo e cumprir o seu dever”, reclamou a ministra. Ela ainda pretendeu cancelar os críticos, acusando-os de “desinformação, manipulação da verdade e notícias falsas”, o que classificou como “violência política de Gênero e Raça”. Ainda sinalizou virtude ao dizer que abriu mão de estar com sua família para trabalhar em um domingo, e que deixou suas

duas filhas em casa, como se fosse uma grande tortura andar de jatinho para assistir a uma final da Copa do Brasil.

A emenda ficou pior que o soneto, como diz o ditado, e isso ficou demonstrado com a resposta desastrosa de Anielle às críticas, o que só aumentou a revolta social e agravou a situação política da ministra. Ficou claro que Anielle não aceita ser questionada e que se vê como alguém que está acima de qualquer fiscalização no exercício de sua função e em seus atos públicos, simplesmente porque ela representa a nobre causa do fim do racismo. A ministra esquece que está em uma posição de poder e de privilégio e que é uma autoridade pública sujeita ao escrutínio da imprensa e da sociedade, que deve prestar contas de seu trabalho para a população.

A ministra ainda se apropriou de uma pauta importantíssima, que é o antirracismo, para se blindar de quem corretamente aponta erros em sua gestão. Ninguém questionou a ministra por ela combater o racismo, mas sim pelo meio equivocado usado por ela para cumprir esse objetivo. A reação de Anielle não raro aflora nessa elite progressista que invoca virtudes e valores que, no fundo, não possui. Gostam de apontar dedos e cancelar os outros, ao mesmo tempo em que se valem das pautas das minorias e da justiça social apenas para avançar suas próprias carreiras e objetivos pessoais de dinheiro e poder. É a expressão perfeita do identitarismo “woke” importado dos Estados Unidos.

O segundo problema que a trapalhada de Anielle Franco revelou é o racismo que existia na equipe

de confiança da própria ministra antirracismo. Em pouco tempo, descobriu-se que uma de suas principais auxiliares, Marcelle Decothé, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Igualdade Racial, publicou em suas redes sociais ataques abertamente racistas e xenofóbicas à torcida do São Paulo e aos paulistas: “Torcida branca, que não canta, descendente de europeu safade. Pior, tudo de pauliste”. Marcelle, que viajou de jatinho com Anielle para a final da Copa do Brasil, recebia um salário de R\$ 17,1 mil do governo.

O ataque da assessora de Anielle é absurdo em vários níveis. O que ela quis dizer com “torcida branca”? Por acaso toda a torcida do São Paulo é branca? Tenho certeza de que não. E se fosse, teria algum problema? Ser branco é algo pejorativo, ofensivo, ruim? E ser descendente de

européu “safade”, também é algo ruim? Ser “pauliste” é realmente a pior coisa que existe, como deixou a entender a assessora de Anielle? A ministra Anielle Franco deveria, no mínimo, manifestar repúdio a essas declarações, se realmente conflitam com a posição oficial de seu Ministério.



Ficou claro que Anielle não aceita ser questionada e que se vê como alguém que está acima de qualquer fiscalização no exercício de sua função e em seus atos públicos

Afinal, a manifestação caracteriza, em tese, crime de racismo praticado por meio de redes sociais, do art. 20 da Lei 7.716/89, cuja pena de dois a cinco anos é agravada de um terço até a metade quando praticado no contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

O crime pode ter a pena aumentada mais ainda, de um terço até a metade, se praticado por funcionário público no exercício da função. A pena máxima pode chegar, nesse quadro, a dez anos de prisão.

É assustador imaginar que esta pessoa, que coloca todas as pessoas brancas em uma caixinha só, pejorativa, era uma das principais responsáveis pela elaboração de políticas públicas de igualdade e pacificação racial em nosso país. Já tivemos experiências suficientes na história do que acontece quando alguém com poder trata um grupo de pessoas da mesma raça de maneira pejorativa e as condena coletivamente – a mais trágica e traumática, é claro, foi o nazismo de Adolf Hitler. De que maneira a fala e o pensamento racista e xenóforo da assessora de Anielle contribui para

o fim do racismo no Brasil? O Ministério de Anielle é realmente da Igualdade Racial ou é do Preconceito Racial?

Ao atacar a “torcida branca” do São Paulo e os “pauliste”, a assessore de Anielle acabou praticando justamente o problema que a viagem de jatinho da FAB supostamente devia combater: o racismo no esporte. Ironicamente, Marcelle Decothé integra o grupo de combate ao racismo da CBF, criado no ano passado. Depois da justa revolta com as atitudes da assessore, Anielle exonerou Marcelle e o Ministério anunciou que abriu investigação contra outras servidoras do órgão que acompanharam a viagem e provocaram a torcida paulista nas redes sociais, não sem antes dizer que as postagens foram feitas “em momento de

descontração, fora dos ritos institucionais e de tom informal”.

A afirmação contradiz frontalmente a fala da própria Anielle, afinal, ela usou jatinho oficial. Não aceitou ser criticada por “fazer seu trabalho de combate ao racismo e cumprir o seu dever”. Ou as servidoras que acompanhavam a ministra estavam trabalhando, em missão oficial do governo e não poderiam jamais se portar da forma como se portaram, ou não estavam trabalhando em viagem oficial, apenas curtindo o jogo como torcedoras comuns, e portanto jamais poderiam ter acompanhado a ministra no jatinho do FAB. De qualquer forma, o comportamento racista em público das funcionárias, estivessem a serviço ou não, é inaceitável. As justificativas esdrúxulas do Ministério da Igualdade Racial apenas pioraram

o problema e expuseram a hipocrisia esquerdista, as contradições dos esbanjadores de dinheiro público e o despreparo técnico e político da ministre Anielle Franco.

O terceiro e último problema de todo o imbróglio foi a ostentação deslumbrada com o dinheiro dos pagadores de impostos, o que infelizmente já é a regra entre os políticos brasileiros. Um levantamento apontou que o ministério de Anielle Franco gastou metade – METADE – das verbas de seu orçamento com diárias e passagens: cerca de R\$ 6,1 milhões, dos quais R\$ 130,5 mil foram gastos com a ex-assessore Marcelle Decothé. Após a crise deflagrada e alimentada pela ministre, é no mínimo natural questionar se todas essas viagens foram necessárias para atender o interesse público, já que a impressão que ficou

desse lamentável episódio é que a ministre e seu time de assessores só queriam, mesmo, assistir ao jogo do Mengão em alto estilo.

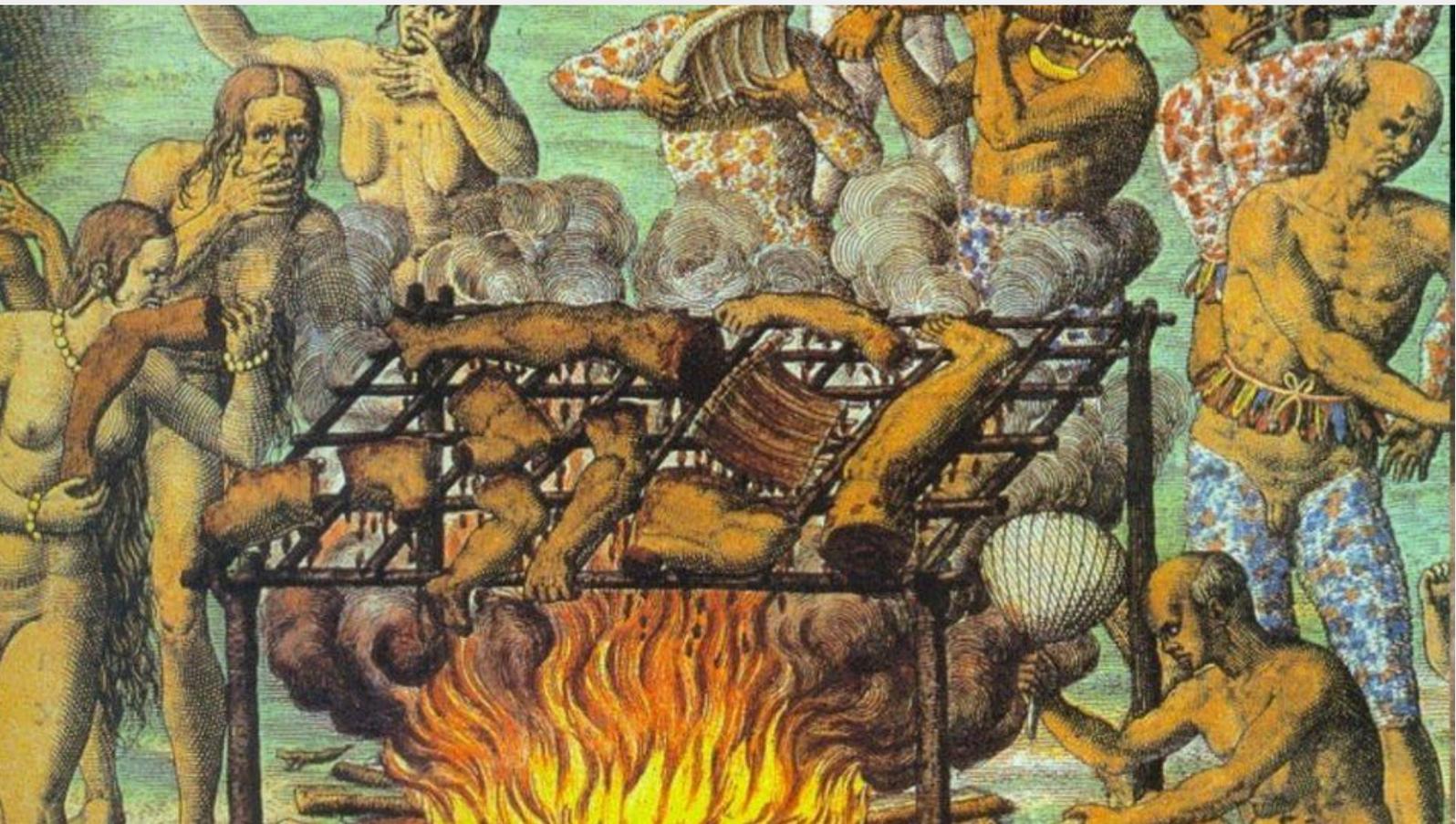
Mas cuidado, leitor: se você criticar, a depender da cor da sua pele, podem te acusar de ser um branco racista, descendente de europeu safade... um verdadeire criminoso por violência política de gênero e raça. E, do modo como o governo Lula aparelha os órgãos, quem pode acabar na cadeia é você. Afinal, ultimamente, ninguém liga muito para os fatos, nem para a lei ou a Constituição.



Autor:Deltan é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Foi procurador por 18 anos, atuando no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Coordenou a operação Lava Jato em Curitiba.



[Voltar ao índice](#)



O fato é que o Brasil é um país de cultura autoritária. | Foto: Domínio público

OPINIÃO

Paulo Cruz

Por que o Brasil não dá certo? Ou: nosso maior mal

“Dirigidos andamos por incapazes que exercem a sinistra função de lobrigar na política desta grande terra apenas as suas vantagens particulares, as

suas vantagens deles, Bloquistas, Sátrapas, Oligarcas, Senadores, Ministros, Deputados... Mandões, Chefes de clã, tigres famintos que arrocham os pulsos aos povos, sufocam neles todos os nobres impulsos de ideal para melhor devorar-lhes as carnes.” (Sílvio Romero, Nosso maior mal, 1909)

No último final de semana fiquei sabendo – totalmente contra a minha vontade, diga-se de passagem – que o Ministro de Direitos Humanos e da Cidadania, Sílvio Almeida, velho conhecido desta coluna, usou uma de suas redes sociais para demonstrar não o quão produtiva é sua pasta – cujo orçamento, que eles julgam “curto”, é de R\$ 789,5 milhões do nosso suado dinheirinho, e é (ou deveria ser) responsável “pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos

Direitos Humanos no Brasil” – , mas para fazer papel de agente político do petismo, num óbvio desvio de finalidade do poder a ele outorgado.

Almeida acionou a Advocacia Geral da União (AGU) contra os deputados bolsonaristas Nikolas Ferreira e Felipe Barros “por espalharem vídeos com ofensas e informações falsas de que o governo Lula teria permitido o banheiro unissex no Brasil”. De acordo com o ministro, “o deputado Nikolas Ferreira divulgou vídeo em que distorce completamente a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, órgão autônomo em suas decisões, que publicou resolução contendo recomendações a respeito dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Já o deputado Felipe Barros afirma que o Ministério dos Direitos Humanos ‘instituiu’ o banheiro unissex nas escolas

brasileiras”. Depois correu ao “X” (ex-Twitter) e disse: “Quem usa a mentira como meio de fazer política, incentiva o ódio contra minorias e não se comporta de modo republicano tem que ser tratado com os rigores da lei. É assim que vai ser”.

Isso não seria propriamente um problema, haja vista que os deputados, de fato, a fim de “lacrarem” em suas redes sociais, mentiram a respeito da resolução (o que não deixa de ser uma espécie de divertimento diante de um país em que 50% da população não tem saneamento básico) que não instituiu banheiro unissex em lugar algum, mas “apenas formula orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização” e que não tem força legal. A tal resolução fala que deve ser garantido o uso

de banheiro segregado “quando houver” e que “sempre que possível”, os banheiros unissex (mas individuais) devem ser instalados.

Mas o ministro não parou por aí. Na sequência, fez outra postagem, dessa vez mirando diretamente dois inimigos políticos, dizendo: “Serão também tomadas providências contra outros propagadores de Fake News, dentre os quais um sujeito que já teve seu mandato cassado por desrespeitar mulheres de um país em guerra e outro, um Senador da República que quando juiz de direito envergonhou o Poder Judiciário”. O leitor há de concordar que isso é inadmissível. O ministro se refere especificamente a dois indivíduos – o ex-deputado Arthur do Val e o ex-juiz da Lava-Jato e atual senador Sérgio Moro – com acusações de cunho meramente político, pois

Arthur já foi inocentado pelo Ministério Público Federal, que não viu materialidade nas denúncias feitas contra o ex-deputado, que foi cassado; ou seja, já pagou politicamente por seus áudios moralmente condenáveis.

Já em relação a Sergio Moro, a afirmação de Almeida é ainda pior, pois os julgamentos da Lava-Jato sofreram uma investida do establishment político, que, numa manobra jurídica, transformou o certo em errado. Por mais que se possa questionar alguns procedimentos do juiz e dos procuradores, não há como apagar que muitos envolvidos confessaram seus crimes, bilhões foram devolvidos aos cofres públicos e ainda correm processos no exterior. As denúncias feitas a respeito do procedimento dos procuradores e do juiz Sergio Moro devem ser investigadas e

julgadas pelos poderes competentes para tal, e Sílvio Almeida, como advogado, sabe disso; sabe que não se deve acusar alguém sem o devido processo legal. Por isso sua postagem é inadmissível a um ministro de Estado. Mas a pergunta que não quer calar é: por que isso ocorre? Por que, no Brasil, não respeitamos os acordos de civilidade mínimos a uma sociedade saudável?

Ser brasileiro é ser limitado por nosso horizonte cultural e histórico.

O fato é que o Brasil é um país de cultura autoritária. A imensa maioria dos brasileiros não sabe e não quer viver numa democracia, onde há diversidade e divergências. Somos vingativos, amamos nos dar bem e prejudicar os outros – sobretudo com poder nas mãos. Toda

divergência é anátema, toda discordância é traição e toda ideia contrária é mentira e deve ser eliminada. A intolerância é a regra e o sentimentalismo é virtude. Aqui, qualquer um que tenha algum poder, trata logo de exercê-lo contra o outro. Somos atrasados, violentos, ignorantes – quando não somos maus mesmo. Matamos mais do que países em guerra, punimos inocentes e libertamos criminosos; somos escapistas e refratários a compromissos.

Na esfera pública, entra e sai governo e é sempre a mesma coisa. Por quê? Porque os piores governam; gente baixa, pretensiosa, oportunista e rancorosa. Socialistas que se julgam iluminados, liberais do bolso alheio, reacionários atoleimados e simples mamateiros. As exceções confirmam a regra. E governar aqui é: patrimonialismo (fazer do

público algo privado), uma quantidade infinita de benefícios e o enriquecimento às custas dos pobres. E no entorno dessa vergonha, vampiros, cobras, ratos e outros bichos peçonhentos aguardando para dar o bote. Enquanto isso, a educação segue nos piores índices, mais de 280 mil pessoas vivem em situação de rua e cada um dos nossos parlamentares custa aos cofres públicos 528 vezes a renda média do brasileiro. Tudo errado.

Aí, quando, num instante de consciência nos perguntamos “por que isso ocorre?”, creio que é necessário um aprofundamento das razões. E ninguém melhor que Mário Vieira de Mello para nos ajudar. A mim basta que, numa citação ferina, mas basilar, reflitamos na profundidade do que está dito. Diz o filósofo e diplomata:

“O Brasil é um país novo. Essa constatação encerra um grande número de promessas, mas contém igualmente elementos inquietantes para o orgulho e a vaidade brasileiras. O fato de que somos um país novo cria limitações para as nossas possibilidades de assimilação cultural que precisaremos aprender a aceitar com simplicidade e modéstia, se quisermos realmente possuir um dia a estrutura de uma consciência verdadeiramente nacional. Um dos erros mais nefastos da intelligentsia brasileira de todos os tempos foi acreditar que ela própria, a elite intelectual do país, se situava em planos espirituais mais ou menos próximos daqueles em que se situam as elites das nações possuidoras de uma grande e antiga cultura. Sessenta por cento da população do país é composta de analfabetos – assim ou de forma análoga se exprimiria tal convicção –

[atualmente temos em torno de 10% de analfabetos e 30% de analfabetos funcionais] mas os que estudam, os que sabem, os que vivem para o espírito pouca diferença fazem dos que, na Europa, representam a intelligentsia.”

O que Vieira de Mello diz é que o fato do Brasil ser um país jovem, afeta, de maneira indelével, nossa cultura geral. Ser brasileiro é ser limitado por nosso horizonte cultural e histórico; um intelectual brasileiro é a mesma coisa. A cultura individual por se destacar, mas o horizonte cultural geral sofre do mesmo problema. Um europeu ou um chinês têm muito mais lastro cultural para nortear sua capacidade de compreensão da realidade do que nós, brasileiros. E com base nisso, ele assevera:

“Tal maneira de considerar as coisas encerra um indiscutível erro de visão. O fato de sessenta por cento da população de um país ser analfabeta, não pode deixar de se refletir da maneira mais grave na mentalidade dos quarenta por cento restantes e de maneira ainda mais grave na dos círculos extremamente restritos das elites. Há em toda alma humana uma parte individual, uma parte que é o resultado da iniciativa, do esforço e das oportunidades do indivíduo, e uma parte coletiva, uma parte que é o resultado da iniciativa, do esforço e das oportunidades da coletividade a que pertence o indivíduo. Assim, por mais que o intelectual brasileiro tenha desenvolvido as suas faculdades e capacidades, a parte coletiva de sua alma reflete ainda hoje a situação deplorável da educação do nosso povo. Se constitui como um vazio de aspirações e de

impulsos que empresta à totalidade de seu ser um caráter desarmonioso e incompleto. Não será daí, mais do que de uma suposta consciência alienada, que terá surgido a tendência ornamental de nossa cultura?”

Creio que faça total sentido. Parafraseando outro grande filósofo brasileiro, Sílvio Romero (citado na epígrafe), nosso maior mal é não termos consciência positiva do que somos realmente – o que nos daria a humildade necessária para nos fazer avançar de maneira mais realista e cautelosa –, mas ufanarmo-nos em sermos o que não somos. Somos estetas, a nós importam as aparências mais do que a realidade. E isso se reflete profundamente em nossa intelectualidade, em nossos formadores de opinião e em nossos políticos, o que é um prato cheio para oportunistas e salteadores

intelectuais de toda sorte. Somos reféns não só de nossos representantes, mas, sobretudo, de ideólogos que manipulam as massas a fim de tirarem vantagem e prevalecerem. Essa parece ser a lógica que anima ministros como Sílvio Almeida ou qualquer outro que faz mau uso do poder que tem. Como um país assim pode dar certo?



Autor: Paulo Cruz é professor e palestrante nas áreas de filosofia, educação e questões relacionadas ao racismo no Brasil. Formado em Filosofia e mestre em Ciências da Religião, é professor de Filosofia e Sociologia na rede paulista de ensino público. Em 2017 foi um dos agraciados com a Ordem do Mérito Cultural, honraria concedida pelo Ministério da Cultura, anualmente, por indicação popular, a nomes que se destacaram na produção e divulgação cultural.



[Voltar ao índice](#)



Lula e o ministro do trabalho, Luiz Marinho: projeto costurado por governo, centrais sindicais e confederações patronais cria nova contribuição a ser descontada do salário dos trabalhadores, sindicalizados ou não. | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Nova Contribuição

Governo e sindicatos costuram projeto que impede trabalhador de recusar desconto no salário

Por Sílvia Ribas

O governo Lula costura com centrais sindicais e confederações patronais um projeto de lei (PL)

que cria uma nova contribuição a ser descontada dos salários dos trabalhadores. O objetivo é ela que sirva de "recompensa" aos sindicatos por conquistas como reajustes salariais e seja paga por todos os profissionais, sindicalizados ou não. A cobrança dependerá de aprovação em assembleia da categoria, mas, uma vez autorizada, o trabalhador será obrigado a pagá-la, sem direito de oposição.

Da forma como está sendo desenhada, a cobrança contraria o espírito de uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte autorizou que a chamada contribuição assistencial – que já existe hoje – seja descontada de todos os trabalhadores, incluindo não sindicalizados. Mas os ministros decidiram que deve ser assegurado o direito de oposição.

No entender de representantes dos sindicatos, porém, o direito de oposição à nova contribuição deverá ser exercido somente durante a assembleia de trabalhadores. Se aprovada, argumentam, depois o profissional não poderá recusar o desconto no salário.

Centrais sindicais, confederações patronais e representantes do Ministério do Trabalho se reúnem desde abril para preparar a minuta do projeto que cria a nova contribuição. Ela será vinculada à realização de acordos de reajuste salarial entre patrões e empregados.

Ainda há impasses sobre a divisão dos recursos entre as entidades, mas a previsão é de que o texto-base esteja concluído até o início de outubro para ser enviado ao Congresso.

A premissa do grupo de trabalho foi elaborar uma contribuição que se distinguisse do antigo imposto sindical, extinto pela reforma trabalhista de 2017. Ele era compulsório, pago uma vez por ano, e tinha valor correspondente a um dia de trabalho.

A futura contribuição não será compulsória no sentido de que o desconto não será "automático"; ele dependerá de aprovação como parte de convenção coletiva. Se a maioria dos presentes à assembleia concordar com a cobrança, depois não haverá direito à contestação do pagamento.

Para Clemente Ganz Lúcio, coordenador do fórum das centrais sindicais, o direito de oposição deverá ser exercido na assembleia, em que votam todos os trabalhadores. Segundo ele,

os acordos coletivos beneficiam a todos, filiados ou não. "Não tem sentido o trabalhador ser beneficiado e se negar individualmente a pagar a taxa da negociação", defende.

As convenções coletivas, ressalta Ganz Lúcio, costumam abordar centenas de questões de trabalho, desde bônus por horas trabalhadas até acordos de redução de jornada e de salário, quando necessário, todos aplicados automaticamente pela empresa.

"Nenhum funcionário pode se recusar a cumprir uma orientação de trabalho da convenção. Por que poderia se opor apenas ao ponto da taxa de financiamento?", questiona o sindicalista.

STF liberou cobrança de contribuição assistencial, mas com direito a oposição

A apresentação do projeto de lei, que deve autorizar cobrança de contribuição de até 1% do salário anual do trabalhador, pode ocorrer um mês após o STF ter permitido a cobrança de contribuição assistencial de todos os trabalhadores, inclusive os não sindicalizados. Na decisão, os ministros determinaram, no entanto, que deverá ser assegurado o direito de oposição.

Ganz Lúcio esclarece que as contribuições são distintas. A taxa vinculada aos acordos coletivos não é uma contribuição assistencial para atividades do sindicato, nem associação ou filiação mensal.

"É específica para fins de negociações e deverá ter valores razoáveis, sempre definidos pela assembleia. Por isso é preciso ter uma lei regulamentando o assunto de forma clara", defende.

A preocupação dos envolvidos é com o questionamento na Justiça. Fontes ligadas ao Ministério do Trabalho e Emprego afirmam que o ministro Luiz Marinho não gostou da retomada do julgamento da contribuição assistencial pelo Supremo, que resguardou o direito de oposição.

Marinho avalia que a decisão pode atrapalhar a ideia de estender a nova taxa a todos os trabalhadores. Ele gostaria de tratar do assunto só no Congresso, evitando assim brechas para contestações judiciais.

Em entrevista à revista "Exame", em agosto, Marinho chegou a afirmar que o STF "já legisla demais" e que o Legislativo é quem deveria dar a palavra final sobre o assunto.

Contribuições têm o mesmo objetivo de financiamento, diz especialista

Thiago Collodel, sócio coordenador do Araújo Advogados, prevê uma confusão no entendimento sobre as contribuições e explica que, caso o PL seja aprovado, qualquer contestação da constitucionalidade deverá ser apreciada novamente pelo STF. "A decisão do Supremo sobre a contribuição assistencial não se aplica a essa nova taxa", entende.

Para Collodel, a nova cobrança foi a alternativa encontrada pelos sindicatos para driblar a

extinção do imposto sindical. "Taxar as normas coletivas é uma forma de garantir o financiamento dos sindicatos oferecendo uma contrapartida aos trabalhadores", acredita.

Mas, para Antônio Galvão Peres, doutor em Direito do Trabalho pela USP e professor do Insper, ambas as taxas podem ser consideradas fontes de financiamento das entidades. "A função precípua é a mesma", avalia.

Especialmente, segundo ele, porque não há nada que garanta que ela será estritamente usada para o custeio das negociações coletivas. "Isso requer contas abertas aos associados para verificação, o que não é exigido pela nossa legislação", explica.

Alguns países, segundo Peres, já esbarraram no mesmo ponto. Na Espanha, o tribunal local regulamentou a destinação dos recursos estritamente para custeio das convenções. Nos EUA, servidores públicos de alguns estados conseguiram reverter na Justiça a compulsoriedade da chamada Agency Fee (taxa sindical) quando argumentaram que os recursos estavam sendo utilizados pelos sindicatos para defesa de pautas políticas e de costumes.

Para Collodel, existe a possibilidade de contestação futura sobre a vigência de duas contribuições com o mesmo fim. "É possível questionar a cumulatividade", observa.

Estrutura sindical arcaica é origem das distorções, e projeto não mexe nela

O Ministério do Trabalho defende que é necessário retomar, de alguma forma, o financiamento dos sindicatos. A queda de arrecadação desde o fim do imposto sindical, em 2017, foi de 98% – as receitas dos sindicatos caíram de R\$ 3,6 bilhões, em 2017, para R\$ 68 milhões em 2023, segundo um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Para Galvão Peres, o problema central do financiamento das entidades, já conhecido dos especialistas no assunto, é a falta de liberdade do trabalhador para escolher o sindicato que o representa.

A unicidade sindical, prevista na Constituição, permite a existência de apenas um sindicato por categoria de trabalho, o que faz dos trabalhadores um mercado cativo.

"O argumento das Centrais de que o sindicato negocia em nome de todos e pode estabelecer uma contribuição compulsória e sem direito a oposição só é legítimo num regime de liberdade sindical", defende o professor do Insper.

Ganz Lúcio, do fórum das centrais, acredita que a nova contribuição vai forçar "sindicatos fantasmas" – que não representam efetivamente suas categorias – a se mexerem. "Todo esforço das centrais é fazer um negócio transparente, razoável e que não seja mais um imposto para pagar sem contrapartida da negociação", diz.

Grupo de trabalho criado pelo governo tem vício de origem, diz especialista

O professor Galvão Peres defende uma reforma mais ampla na estrutura sindical, vista como arcaica e corporativista. "Temos um sistema inspirado no modelo fascista italiano, onde o Estado busca controlar as relações de trabalho".

O grupo de trabalho criado pelo governo para atualizar a estrutura sindical, para ele, tem um vício de origem. "Para reformar a atual estrutura, deveriam estar incluídos estudiosos, acadêmicos e pesquisadores das relações de trabalho", acredita.



[Voltar ao índice](#)



A reação do Congresso ao STF é encabeçada por Partido Liberal, Novo e por políticos de outras legendas da oposição. | Foto: Roque de Sá/Agência Senado

LEGISLATIVO

Movimento suprapartidário da oposição promete reação do Congresso contra ativismo do STF

Por Tatiana Azevedo

Sem deliberações nas sessões extraordinárias deliberativas na Câmara dos Deputados e no

Senado na terça-feira (26), os partidos de oposição ao governo federal e 22 frentes parlamentares anunciaram que vão intensificar a obstrução no Congresso Nacional em protesto contra o ativismo judicial praticado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No Senado, no lugar da obstrução, a Casa decidiu votar e aprovar o marco temporal para demarcação das terras indígenas na quarta-feira (27). O texto-base passou com 43 votos a favor e 21 contrários. Também foi uma reação ao STF, que na semana passada rejeitou a tese. O texto prevê que a cessão das áreas em favor dos indígenas só vale para terras que já estivessem habitadas pelas tribos na data da promulgação da Constituição de 1988.

Por meio do movimento de obstrução, os deputados chegaram a dizer que nada seria votado

até que os presidentes do Legislativo - Arthur Lira e Rodrigo Pacheco - se posicionassem sobre a intervenção do Judiciário no trabalho do Legislativo. Inicialmente, os congressistas afirmavam que não iriam confirmar presença no plenário nem nas comissões.

A reação do Congresso ao STF é encabeçada pelo Partido Liberal, pelo Novo e por políticos de outras legendas da oposição que fazem parte das 22 frentes parlamentares. Apesar da afirmação de que a adesão foi massiva, ainda não havia um balanço sobre o número daqueles que chegaram a ficar "em obstrução", pois o mesmo parlamentar pode participar simultaneamente de vários grupos no Congresso.

O líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), disse à **Gazeta do Povo** que os partidos estão unidos num movimento suprapartidário

para demonstrar que o Legislativo não vai mais aceitar que o Supremo trate de temas que devem ser debatidos pelos representantes eleitos pela população.

Jordy destaca que não é possível mais admitir que os ministros do Supremo desempenhem um papel que não é deles, ao puxar para a Corte a responsabilidade de discutir temas como aborto, drogas, imposto sindical e demarcação de terras, por exemplo - muitos dos quais foram analisados pelo Congresso e modificados pela Corte.

"É uma pressão para que o Congresso Nacional tome uma postura. E a postura é em conjunto, porque não adianta nada a gente fazer alguma medida na Câmara e chegar lá no Senado e empacar. Então paramos as duas Casas [na terça], obstrução nas duas Casas, para que haja um

respeito às nossas prerrogativas parlamentares que vêm sendo violadas", disse o líder da oposição.

Segundo ele, a união de deputados e senadores tem um mesmo objetivo: marcar posição contra os excessos do Judiciário, e, ao mesmo tempo, buscar pressionar os presidentes tanto da Câmara quanto do Senado a avançar na tramitação de matérias consideradas prioritárias pelos partidos.

Apesar disso, alguns parlamentares citaram que receberam mensagens em grupos das bancadas sobre uma possível retaliação aos que "estão em obstrução", mas eles garantem que esse é um mecanismo legal e democrático. Muitos nem se arriscaram a participar dos momentos de discurso no plenário, chamados de "breves comunicados", para evitar que haja cobrança por presença.

Analistas dizem que sucesso da obstrução vai depender da articulação do movimento

Na avaliação do professor de Ciências Políticas da Universidade Federal de Ouro Preto Adriano Cerqueira, a oposição tem número suficiente para gerar problemas na tramitação de matérias no Congresso, ao provocar uma reação do Congresso ao STF, principalmente pela discordância ao que os parlamentares chamam de usurpação de temas da chamada pauta de costumes, como aborto e drogas, por exemplo. Mas ele acredita que a continuidade da obstrução ainda depende de fatores como a articulação de grupos tão diversos, mas que têm em comum a indignação com a atuação dos ministros da Corte.

Já o cientista político Antônio Henrique Lucena, da Universidade Católica de Pernambuco, diz que tudo vai depender de como o presidente da

Câmara, Arthur Lira, vai se posicionar, já que ainda participa de um movimento de negociação de cargos com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em troca de apoio para votações no Legislativo.

Lucena salienta que a relação entre os poderes no Brasil é um problema há algum tempo, já que o STF tem adotado postura de "legislador", o que gera atritos e termina "instalando essa crise entre poderes". No entanto, o cientista político lembra que grandes bancadas, como a do Agro, têm poder hoje no Congresso Nacional, o que pode fazer diferença neste momento.

Partidos querem barrar discussão do aborto no STF

Jordy disse ainda que os partidos querem discutir a Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do

deputado Domingos Sávio (PL-MG), que permite rever decisões do Supremo Tribunal Federal, como mais uma forma de deixar claro que a Corte deve se preocupar com a sua missão, que é o controle de constitucionalidade, e não ficar debatendo temas que estão na pauta do Congresso há tempos.

"Nós esperamos respeito às nossas prerrogativas, no sentido de que se possa conversar com o STF, para que cessem esses abusos, e também darmos respostas, aprovando a PEC do Domingos Sávio", completou o líder da Oposição na Câmara.

Domingos Sávio, que também preside a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, e se uniu ao movimento de obstrução, e aproveitou a reunião dos representantes das bancadas e partidos para dizer que a sua proposta não afronta em nada o STF, e só delimita seus poderes, quando uma decisão que os ministros tomarem afrontar as

competências de controle de constitucionalidade. A ideia é que a definição dada pelo STF possa ser revertida desde que seja aprovada por 3/5 dos deputados, em dois turnos de votação.

Já o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) chegou a afirmar que o Supremo deve ficar no seu "quadrado" e ressaltou que o papel constitucional da Corte é justamente proteger a Constituição.

Movimento quer posicionamento dos presidentes da Câmara e Senado sobre ativismo judicial

O presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (PL-DF), condenou o que chama de "omissão" de Lira e Pacheco, diante das reiteradas intromissões do STF em temas decididos pelo Congresso Nacional.

Fraga também afirma que, além dos projetos de interesse do agro – como as demarcações de terras e indenizações a proprietários –, da PEC que possibilita a modificação de decisões da Suprema Corte, o movimento pressiona pela aprovação, no Senado, de um Projeto de Decreto Legislativo que restabeleça alguns direitos sobre o porte de armas, modificados por decreto do presidente, pelo menos para preservar o direito de defesa.

Quem apoia o movimento de obstrução no Congresso

- Partido Liberal – PL
- Novo
- Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA
- Frente Parlamentar da Segurança Pública
- Frente Parlamentar dos Produtores de Leite
- Frente Parlamentar Evangélica
- Frente Parlamentar Católica

- Frente Parlamentar Contra as Drogas
- Frente Parlamentar Pela Defesa das Prerrogativas
- Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência
- Frente Parlamentar do Livre Mercado
- Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e da Família
- Frente Parlamentar dos CACS
- Frente Parlamentar do Comércio e Serviço
- Frente Parlamentar do Biodiesel
- Frente Parlamentar do Brasil Competitivo
- Frente Parlamentar do Cooperativismo
- Frente Parlamentar dos Rodeios e Vaquejadas
- Frente Parlamentar do Semiárido
- Frente Parlamentar em defesa de educação sem doutrinação ideológica.



[Voltar ao índice](#)



Cena da performance 'La Bête', em que o público é incentivado a tocar o corpo do artista Wagner Schwartz. | Foto: Divulgação / Site wagnerschwartz.com

Guerra Cultural

Além da nudez dos alunos de Medicina: os peladões endossados pela esquerda

Por Omar Godoy

No último dia 22, a Universidade Santo Amaro (Unisa), no interior de São Paulo, anunciou a

expulsão dos 15 alunos do curso de Medicina que praticaram atos obscenos durante um jogo de vôlei disputado em um torneio universitário. O episódio aconteceu em maio, porém viralizou nas redes sociais no meio de setembro e ganhou repercussão nacional.

Que os calouros erraram, ninguém discute. Principalmente por se tratar de um local público, aberto também para pessoas da comunidade. No entanto, muitos dos que se revoltaram e pediram a cabeça dos calouros (todos entre 18 e 19 anos) integram aquela parcela da sociedade contemporânea sempre pronta para julgar os outros instantaneamente, ao menor sinal de um comportamento considerado “inadequado”: os politicamente corretos.

A indignação dos patrulheiros de plantão, no entanto, é seletiva. Para eles, os playboys da faculdade particular merecem ter seu futuro ameaçado, enquanto artistas e ativistas que chocam as pessoas com cenas forçadas de nudez e escatologia estão apenas expressando suas convicções. A seguir, resgatamos uma série de performances artísticas polêmicas e repudiadas pelo grande público – mas que a esquerda não tentou cancelar em nome das “boas causas”.

‘Macaquinhos’

Proposta – Usar o ânus como metáfora para denunciar o desequilíbrio social entre os países ricos e pobres. A partir dessa premissa, os artistas Andrez Ghizze, Caio, Daniel Barra, Fernanda Vinhas, Luiz Gustavo Fernandes Lopes, Rafael Amambahy, Renata Alcoba e

Teresa Moura Neves penetram os orifícios uns dos outros com os dedos, num gesto coletivo em defesa das minorias pouco valorizadas pela sociedade.

Repercussão – Apresentada em diferentes cidades desde 2011, a performance virou assunto nacional apenas em 2014, quando foi mostrada na sede paulista do Centro Cultural Banco do Brasil. Desde então, ‘Macaquinhos’ é uma espécie de meme permanente nas redes sociais, sempre resgatado quando algum artista quer “causar”. No ano passado, durante um dos debates entre os candidatos à Presidência da República, o controverso Padre Kelmon (PTB) citou o espetáculo para criticar a Lei Rouanet e a “banalização da cultura”.

‘La Bête’

Proposta – Após manipular uma réplica de plástico de uma das esculturas móveis da série ‘Bichos’, criada pela pintora e escultora Lygia Clark na década de 1960, o performer Wagner Schwartz convida o público a fazer o mesmo com seu corpo nu. “Isso cria uma forte dependência dos espectadores para a execução da obra, de forma que eles não só observam, mas também passam a fazer parte dela”, afirma.

Repercussão – Em setembro de 2017, na abertura da 35ª edição do evento Panorama da Arte Brasileira, realizado no Museu de Arte Moderna de São Paulo, uma mulher permitiu que sua filha pequena tocasse a perna de Schwartz durante a apresentação de ‘La Bête’. O

episódio, registrado em vídeo, viralizou nas redes sociais e foi repudiado por religiosos, políticos conservadores (incluindo o então deputado federal Jair Bolsonaro) e, evidentemente, pela parcela da sociedade que não compactua com crianças ao lado de adultos nus.

‘DNA de Dan’

Proposta – Inspirado no “arquétipo da serpente”, o dançarino e performer curitibano Maikon Kepi tem seu corpo coberto por um líquido pegajoso e entra sem roupa em uma bolha transparente gigante. Permanece de pé, imóvel, durante três horas, até ficar completamente seco. Então inicia uma dança e sua pele vai descascando, como se ele fosse uma cobra.

Repercussão – Durante uma apresentação realizada em frente ao Museu Nacional da República, em Brasília, em julho de 2017, Maikon foi interrompido e detido por policiais militares. Segundo a PM, o Sesc, que produziu o evento, “não adotou os cuidados necessários para que a classificação indicativa de 16 anos fosse respeitada”. Acusado de censura, o governo do Distrito Federal pediu desculpas ao artista e o convidou para retornar à capital federal em outra oportunidade, para concluir a performance.

‘Transbordação’

Proposta – Criada por Dora Smék, mestre em Artes Visuais pela Unicamp, a obra é apresentada por mulheres que se candidatam, voluntariamente, a urinar nas calças em frente

ao público. Segundo Smék, “encarar o descontrole fisiológico nos coloca em contato direto com a vulnerabilidade acentuada do corpo nas fases extremas da vida”. E, por isso, “o ato de urinar deixa de ser simplesmente uma necessidade fisiológica e passa a ser uma experiência poética”.

Repercussão – Aqui, a bomba caiu no colo do Sesc, que exibiu a estreia da performance, em setembro de 2016, na sua unidade do bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Afinal, o “Sistema S” é mantido com contribuições que incidem sobre a folha salarial das empresas (e podem ser consideradas dinheiro público).

‘Máfia’

Proposta – Nesta intervenção, definida como um ‘manifesto político criativo’, artistas do grupo Desvio Coletivo escolhem fotos de parlamentares que votaram pelo impeachment de Dilma Rousseff e vão para a rua cuspir nelas diante dos transeuntes. “O objetivo da performance é a criminalização do homem público no Brasil. É uma reação à hipocrisia da votação, em que deputados envolvidos em crimes de corrupção estavam votando para o fim da corrupção”, diz Marcos Bulhões, um dos diretores artísticos da performance.

Repercussão – Priscila Toscano, também diretora da intervenção, não ficou exatamente nua na Avenida Paulista, onde o ato aconteceu, em abril de 2016. Mas, usando um vestido, ela

tirou a calcinha e urinou e defecou na imagem de Jair Bolsonaro. A cena, gravada em vídeo, circulou pela internet e levantou discussões sobre a liberdade artística nos espaços públicos. Após o ocorrido, Toscano passou a ser convidada para se apresentar no exterior e, em uma entrevista ao site Catraca Livre, afirmou: “Caguei e cagaria novamente”.



[Voltar ao índice](#)



Eduardo Moreira e a mulher, Juliana Baroni, durante encontro com a Rainha Elizabeth II. | Foto: Reprodução/Instagram @Jubaronioficial

Perfil

Fã do MST, casado com paqueta, condecorado pela rainha: Eduardo Moreira, o ex-banqueiro milionário sensação da esquerda no YouTube

Por Omar Godoy

Ele é chamado de “Silvio Santos da esquerda” e “Roberto Marinho de si mesmo”. Costuma realizar “vivências” em assentamentos do MST, comunidades indígenas e quilombolas. Foi cotado para integrar o conselho de administração da Petrobras no novo governo. E coleciona amigos famosos no campo progressista – de Lula a Ciro Gomes, passando por João Pedro Stédile, Leonardo Boff, Monja Cohen, Marilena Chauí, Padre Julio Lancelotti e Frei Betto, além de uma incontável lista de acadêmicos, jornalistas e artistas (especialmente globais).

O empresário carioca Eduardo Moreira, de 47 anos, ainda é pouco conhecido do grande público. Mas quem costuma acompanhar o debate político no YouTube certamente sabe de quem se trata. Seus dois canais – um que leva

seu nome e outro dedicado ao ICL (Instituto Conhecimento Liberta, sua plataforma de cursos e jornalismo) – somam quase 1,5 milhão de inscritos e mais de 4 mil vídeos publicados. Uma marca impressionante para um projeto com pouco mais de três anos de existência e sem qualquer tipo de “monetização e patrocínio”, como ele faz questão de destacar.

Sua maior aposta, o ICL Notícias, é um programa diário que conta com a participação de figuras notórias da imprensa brasileira (Chico Pinheiro, Heloísa Vilella, Xico Sá, Juca Kfourri, Cristina Serra, Guga Noblat). Com duas edições, o noticiário já é um dos recordistas de audiência em seu segmento na internet – superando, de longe, outros canais “vermelhos” como TV 247, TVT e DCM.

Muitas vezes, no entanto, o centro das atenções é o próprio Moreira, sempre apto para comentar todos os assuntos em pauta. Nos últimos tempos, inclusive, ele tem subido bastante o tom quando critica a direita, o Centrão, o agronegócio, os liberais e todos os outros inimigos da esquerda. Sobre o governo Lula 3, uma única crítica: é conciliador demais, precisa usar “a força enorme que tem”.

Em seus programas e nas entrevistas que concede, “Dudu”, como é chamado pelos mais próximos, dispara frases do tipo “O agro é o grupo mais poderoso e perigoso do Brasil”. Ou “Enquanto o rico não dormir com medo, não vai mudar. Não é o medo de ser guilhotinado. É o medo de descobrirem que ele não merece ter o que tem”. E ainda “Acredito no enfretamento, no conflito. Sem conflito não tem mudança”.

Por trás desse sucesso e exposição recentes, há um homem de negócios com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro. Ex-sócio do banco Pactual e de diversas corretoras de investimentos, Moreira é um milionário com muito poder de comunicação e nenhuma vontade de atuar somente nos bastidores.

Antes de se enveredar pelo ativismo e a política, correu o Brasil como palestrante e autor de livros de autoajuda – uma jornada que o levou a ser condecorado pela Rainha Elizabeth II (1926-2022).

Acidente com cavalo mudou a vida do ex-banqueiro da Faria Lima

Filho de um empresário da construção civil, criado no bairro da Urca (na Zona Sul do Rio de

Janeiro), Eduardo Moreira é formado em Engenharia pela PUC e também estudou Economia na UCSD (University of California San Diego). No final da década de 1990, mudou-se para São Paulo, onde fez carreira no mercado de investimentos – chegou a ser incluído no ranking dos “40 brasileiros de maior sucesso com menos de 40 anos” da revista Época Negócios.

Ou seja: era o típico “capitalista selvagem” da Avenida Brigadeiro Faria Lima, o centro financeiro do Brasil. Até que um acidente o fez mudar de rota e iniciar um processo de afastamento gradual de seus antigos valores.

Ao tentar montar um cavalo chucro, recém-comprado, em seu sítio, Moreira caiu sobre um terreno com pedras e teve vários ossos

quebrados. Durante sua longa recuperação, conheceu o trabalho do norte-americano Monty Roberts, criador de um método não violento de adestramento de animais e conhecido por inspirar o filme ‘O Encantador de Cavalos’, dirigido por Robert Redford.

Decidido a aprender os métodos desenvolvidos por Roberts, o brasileiro partiu para os EUA e acabou ficando amigo do domador. A partir daí, tornou-se uma referência nacional das técnicas de “doma dócil” de equinos, atividade que o levou a conhecer haras e fazendas em todo o país – e a ser homenageado, por sugestão do “encantador” americano, pela Rainha da Inglaterra, uma entusiasta dos cavalos.

Um segundo acidente, dessa vez na rua, tentando pegar um táxi na capital paulista, pode

ser considerado outro “ponto de virada” na trajetória de Moreira. Seu tratamento foi conduzido pelo preparador físico Nuno Cobra (celebrado por orientar atletas e pilotos de automobilismo), de quem o banqueiro absorveu sua filosofia e principais conceitos.

Desses dois encontros, com Roberts e Cobra, surgiu a ideia do livro ‘O Encantador de Vidas’, lançado por Eduardo Moreira em 2012 e que rapidamente se tornou um best-seller do gênero de autoajuda – muito por conta da promoção obtida após o encontro com Elizabeth II.

Em 2015, uma terceira situação médica também contribuiu para sua mudança de mentalidade. Submetido a uma operação para curar hemorroidas, o empresário foi vítima de um

erro médico e teve seis trombozes. Internado no Sírío Libanês, soube que a filha de seu caseiro, uma criança de 12 anos, também estava em um hospital, com suspeita de apendicite. A menina, no entanto, levou quatro dias para ser atendida numa unidade de saúde pública, enquanto Moreira tinha direito até a cardápio gourmet em seu quarto reservado.

Ao se descobrir “o vilão do filme, e não o mocinho”, como ele gosta de contar, o banqueiro decidiu estudar a questão da desigualdade social no Brasil. E escreveu o livro ‘O que os Donos do Poder Não Querem que Você Saiba’, em que define o capitalismo como “um modelo que depende intrinsecamente da desinformação em massa” e “um sistema que manipula sentimentos comuns a todas as pessoas para vender mais produtos e serviços”.

Graças ao tom “disruptivo” da obra, lançada em 2017, Moreira foi obrigado a romper com seus sócios. A partir daí, passou a se dedicar mais à carreira de escritor (já tem dez títulos publicados) e começou a ministrar cursos sobre educação financeira e investimentos de baixo risco.

Nesse meio tempo, ainda escreveu uma peça de teatro infantil, ‘Branca de Neve e Zangado’ – produzida com recursos da Lei Rouanet e estrelada por sua mulher, a atriz e ex-paquita Juliana Baroni (que, curiosamente, interpretou a falecida ex-primeira dama Marisa Letícia no longa ‘Lula, o Filho do Brasil’, de 2009).

Em tempo: Moreira também é formado em Roteiro pela New York Film Academy (e, na infância, fez figurações na novela ‘A Gata Comeu’ e no filme ‘Os Trapalhões na Serra Pelada’).

Livro “antielite” chamou a atenção de políticos e intelectuais de esquerda

Já na condição de ex-banqueiro, e autor de um livro “antielite”, Eduardo Moreira teve uma breve passagem como comentarista na Jovem Pan. Era o ano de 2018, e o empresário demonstrava, em suas participações ao vivo, não estar muito animado com nenhuma das candidaturas que chegariam à disputa do segundo turno.

Questionou, por exemplo, a atuação de Jair Bolsonaro em seus sete mandatos no Congresso (“Em 28 anos, aprovou apenas dois projetos de lei e uma PEC”). Também considerou o PT “desonesto” por divulgar o slogan “Haddad é Lula”, além de se referir ao atual presidente como “presidiário”.

Sua aproximação definitiva com a esquerda aconteceu durante o governo de Bolsonaro. Ficou amigo do sociólogo Jessé de Souza (com quem fundaria o ICL) e passou a ser citado e consultado por políticos de esquerda como Paulo Paim, Jandira Feghali, Henrique Fontana e Ciro Gomes.

Por intermédio de Souza, conheceu o dirigente sem-terra João Pedro Stédile, que o convidou a passar uma temporada em um assentamento do

MST. Desde então, costuma visitar, regularmente, comunidades amparadas por movimentos sociais, onde “mora”, nas palavras dele, por pelo menos uma semana, para conhecer e entender outras realidades.

Em 2019, voltou a ter destaque na imprensa por conta de um documento chamado “44 coisas que você precisa saber sobre a Reforma de Previdência”, em que apontou supostos erros da proposta apresentada pela equipe do ex-ministro Paulo Guedes – um de seus alvos preferidos (mesmo agora, fora do poder).

Quando Moreira entrou no banco Pactual, em 1997, Guedes era um dos sócios. Segundo ele, o ex-ministro era temido no ambiente de trabalho por ser uma pessoa arrogante e perversa. E, além de tudo, perdia milhões de

dólares em operações. Só era mantido no posto graças a seus talentos como comunicador e vendedor.

Sua oposição a Guedes, Bolsonaro e companhia o levou a criar, em 2020, o movimento “Somos 70%”, cujo nome fazia referência à parcela dos brasileiros que não apoiavam o governo, de acordo com uma leitura enviesada das pesquisas. “Somos mais de dois terços da população e invocamos que partidos, seus líderes e candidatos agora deixem de lado projetos individuais de poder em favor de um projeto comum de país”, dizia o manifesto do grupo, publicado em jornais impressos e assinado por personalidades como Fernando Henrique Cardoso, Caetano Veloso e Felipe Neto.

No mesmo ano, Moreira e Jessé de Souza fundaram o Instituto Brasil Liberta, uma plataforma de educação online que atualmente conta com mais de 200 cursos disponíveis – todos ao preço de uma assinatura fixa, a exemplo dos serviços oferecidos por empresas como Netflix e Spotify. O plano “essencial” custa R\$ 47 mensais e o “solidário”, R\$ 62. Quem paga a segunda modalidade doa uma bolsa de estudos para um aluno carente e recebe um certificado por isso.

O catálogo inclui desde matérias mais convencionais (idiomas, finanças, preparatórios para a OAB) até aulas de formação política. “Do fascismo ao neoliberalismo: psicologia das massas e movimentos sociais”, “O neonazismo no Brasil bolsonarista” e “O movimento LGBTQIA+ no Brasil: por uma

história de todas, todos, todes” são alguns exemplos de conteúdos ofertados.

Entre os professores, destacam-se nomes como o teólogo Leonardo Boff, as filósofas Marcia Tiburi e Marilena Chauí, o cientista Miguel Nicolelis, o fotógrafo Ricardo Stuckert (retratista oficial de Lula), o antropólogo Luiz Eduardo Soares e o linguista norte-americano Noam Chomsky.

No ano passado, o ICL ganhou o seu já citado braço jornalístico e fez uma dura campanha de oposição a Bolsonaro. Em setembro, pouco antes do primeiro turno das eleições, Moreira chegou a cancelar palestras presenciais, sob a alegação de ter sofrido ameaças de morte.

Mas a vitória de Lula não garantiu a paz do ex-banqueiro convertido em “companheiro”. Em fevereiro, o Centrão rejeitou o seu nome para ocupar o Conselho de Administração da Petrobras, como desejava o presidente da empresa, Jean Paul Prates. E no último mês de julho, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), abriu um processo na Justiça do Distrito Federal contra o Instituto Conhecimento Liberta e outros veículos de mídia.

Lira pede a remoção de 47 vídeos do canal do ICL que tratam de seu suposto envolvimento na fraude da compra dos kits de robótica para escolas de Alagoas e das acusações de violência física, sexual e psicológica feitas por sua ex-mulher, Jullyene Lins.

Imediatamente, o instituto iniciou uma mobilização contra a “tentativa de cerceamento de sua atividade jornalística”, estimulando seus seguidores a participar de um abaixo-assinado e compartilhar nas redes a hashtag #ToComICL. Em poucos dias, cerca de 150 mil pessoas assinaram o documento. Uma ala da esquerda, no entanto, não comprou a causa de Moreira.

Recusando-se a aderir à petição, militantes mais radicais começaram a compartilhar um vídeo de 2016, em que o empresário defende o impeachment de Dilma Rousseff durante uma passeata (com direito a manifestantes trajados de verde e amarelo ao fundo). Os posts eram acompanhados de frases como “Quem apoiou o golpe contra Dilma não tem moral para dar chique agora”, “Olha o picareta golpista ganhando dinheiro com o golpe que ele apoiou”

e “A palavra golpe estará sempre escrita na testa do dono do ICL Notícias”.

A julgar por esse tipo de reação, Moreira ainda tem um longo caminho pela frente para conquistar a confiança da militância de base. Depois de ser acolhido pelo primeiro escalão progressista, o domador agora precisa encantar os extremistas.

(A reportagem da **Gazeta do Povo** solicitou uma entrevista com Eduardo Moreira à sua assessoria, mas até o fechamento desta matéria não obteve nenhuma resposta.)



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Aras deixa “legado maldito” para a PGR e o combate à corrupção no Brasil](#)
- [Alta letalidade policial em estados governados pela esquerda desmonta teses progressistas](#)
- [Decisão judicial dá fôlego a São Francisco em meio a situação crítica com sem-teto](#)
- [Bandeira de Lula, aumento real do salário mínimo não reduz desigualdade e piora rombo fiscal](#)
- [Aproximação do PT com o Partido Comunista da China pode trazer riscos ao Brasil](#)
- [10 bilhões de barris no fundo do mar: o que está em jogo na briga pelo “novo pré-sal”](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice